

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 20/03/2019

- [Análise preliminar identifica possível integração de 14 cadastros nacionais](#)
- [A cada 60 minutos, uma criança ou adolescente morre por arma de fogo](#)
- [Funase realiza levantamento de interesses de adolescentes em profissionalização](#)

**Assunto: Análise preliminar identifica possível integração de 14 cadastros nacionais**

**Fonte:** CNJ

**Data:** 20/03/2019



Levantamento preliminar elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou a possibilidade de interligação de, pelo menos, 14 cadastros cujas informações poderão ser remetidas pelos tribunais para apenas um sistema. “São dados que recebemos dos tribunais com periodicidades e por plataformas diversas e que poderiam ser unificados com poucos ajustes técnicos e normativos”, afirmou a diretora-executiva do DPJ/CNJ, Gabriela Soares.

As informações foram repassadas para o Comitê Gestor dos Cadastros Nacional (CGCN), que avaliará a viabilidade das sugestões. O DPJ identificou 120 sistemas geridos pelo CNJ, dos quais 40 servem de comunicação entre o Conselho e os tribunais brasileiros. Desses, 14 recebem informações redundantes, com periodicidades diversas e poderiam ser integrados sem grandes mudanças.

Na análise do DPJ/CNJ, o Sistema de Coleta de Dados de Replicação Nacional, que atualmente é utilizado para calcular a pontuação do Selo Justiça em Números, poderia integrar os demais. Ele recebe mensalmente dados de todos os processos em trâmite no Brasil, com identificação das partes, classes, assuntos e movimentos processuais, entre outras informações baseadas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). A ideia inicial é substituir a coletas de dados pontuais por uma única plataforma de dados capaz de gerar estatísticas mais confiáveis e detalhadas sobre qualquer temática.

“Queremos facilitar a vida dos magistrados e servidores, evitando retrabalho, e oferecer informação com mais qualidade e acessibilidade para a população”, afirmou o secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (SEP/CNJ), Richard Pae Kim.

## **Consulta pública**

Entre os cadastros que podem ser integrados estão o Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), o Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas (SNCI), o Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR) e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA). Os quatro cadastros, juntamente com outros quatro, estão em consulta pública pela qual foram recebidas mais de 200 sugestões de magistrados, cidadãos e servidores da Justiça.

As sugestões também trataram sobre o sistema Justiça Aberta Extrajudicial, o Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS), o Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) e o Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP), também conhecido como Geopresídios.

O trabalho foi coordenado pelo Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais do CNJ (CGCN), criado por meio da Portaria Conjunta n.1/2018, que identifica o uso efetivo de cada cadastro do CNJ e busca simplificar, atualizar e facilitar a utilização pelos magistrados e demais usuários. A próxima reunião do colegiado está marcada para o dia 27 de março e deve avaliar as sugestões colhidas na consulta.

Não estão sendo estudadas, pelo grupo, mudanças no Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores; no Cadastro Nacional de Instrutores em Mediação; no Renajud; no Infojud; no Bacenjud; no SerasaJud; no Cadastro Nacional dos Expositores de Oficinas de Divórcio e Parentalidade; e em outros cadastros e sistemas geridos por comissões específicas ou que estejam sob a gestão de parceiros.

**Assunto: A cada 60 minutos, uma criança ou adolescente morre por arma de fogo**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 20/03/2019



A cada 60 minutos, uma criança ou um adolescente morre no Brasil em decorrência de ferimentos por arma de fogo. Entre 1997 e 2016, mais de 145 mil jovens com até 19 anos faleceram em consequência de disparos acidentais ou intencionais, como em casos de homicídio e suicídio. Os dados fazem parte de um levantamento divulgado hoje (20) pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

De acordo com o estudo, que considerou dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, em 2016, ano mais recente disponível, foram registrados 9.517 óbitos entre crianças e adolescentes no país. O número é praticamente o dobro do identificado há 20 anos – 4.846 casos em 1997 – e representa, em valores absolutos, o pico da série histórica.

O levantamento mostra que, a cada duas horas, uma criança ou adolescente dá entrada em um hospital da rede pública de saúde com ferimento por disparo de arma de fogo. Entre 1999 e 2018, foram registradas quase 96 mil internações de jovens com até 19 anos no Sistema Único de Saúde (SUS).

### **Despesas**

As principais causas externas de morte por arma de fogo nessa faixa etária estão relacionadas a homicídios (94%), seguidos de intenções indeterminadas (4%), suicídios (2%) e acidentes (1%). No caso das internações, embora as tentativas de homicídio continuem na liderança (67%), é bastante expressivo o volume de acidentes (26%) envolvendo arma de fogo.

A avaliação contabilizou ainda as despesas diretas do SUS com pacientes atendidos após contato com armas de fogo. Nos últimos 20 anos, as internações de crianças e adolescente provocadas por disparos custaram mais de R\$ 210 milhões aos cofres públicos.

O estudo considerou causas de morbidade hospitalar e mortalidade identificadas nas bases oficiais do Ministério da Saúde como acidentais, suicídios ou tentativas de suicídio, homicídios ou tentativas de homicídio e intenções indeterminadas.

**Assunto: Funase realiza levantamento de interesses de adolescentes em profissionalização**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 20/03/2019**



Com o objetivo de se aproximar das demandas dos jovens em educação profissional, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), promoveu um levantamento de interesses em todas as unidades de internação e semiliberdade do Estado. Ao todo, 879 socioeducandos foram entrevistados. A área que mais se destacou foi a de Mecânica, com 421 votos, e, em especial, a de Mecânica de Moto, com 218. É com base em resultados como esses que a Funase realiza articulações junto a instituições parceiras para viabilizar uma oferta de vagas mais assertiva.

Nas aulas de Moto, por exemplo, os adolescentes aprendem sobre sistema de suspensão, de direção, de freio e elétrica. Além da teoria, etapas práticas fazem parte do curso. Também tiveram destaque na preferência dos socioeducandos os cursos ligados à área de Construção (167 votos), com as aulas de Pedreiro como principal demanda. Uma novidade foi a área de Beleza e Estética, terceira mais citada, com 118 votos, e a área de Alimentação, que, após experiências bem-sucedidas em 2018, com a oferta de cursos de Panificação e Produção de Massas, teve a participação ampliada entre as escolhas dos adolescentes.

Todos os cursos são viabilizados por meio de parcerias entre instituições certificadoras e a Funase. Ao todo, 23 temas diferentes foram colocados à disposição dos socioeducandos, abrangendo ainda áreas como as de Barbearia, Mobiliário, Eletrônica, Moda e Vestuário, Tecnologia e Refrigeração. Com esses resultados em mãos, a Funase faz os direcionamentos necessários, que podem ser em conformidade com as preferências dos adolescentes ou até os inserindo, em alguns casos, em áreas pelas quais eles não tenham apontado tanto interesse, possibilitando vivências diferenciadas e o surgimento de vocações que nem os jovens sabiam que tinham.

“Tivemos experiências interessantes, por exemplo, com o ramo de alimentação, que não era tão solicitado e começou a aparecer bastante na pesquisa mais recente. No ano passado, foram ofertados cursos nessas áreas em unidades como o Case Caruaru, o Case Jaboatão e o Case Vitória de Santo Antão, com um bom envolvimento dos meninos. Esse levantamento serve como um norte para as ações e articulações que desenvolvemos junto às instituições que colaboram com o sistema socioeducativo”, explica o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Normando Albuquerque, lembrando que, em 2018, mais de duas mil vagas em cursos profissionalizantes foram disponibilizadas para os socioeducandos atendidos em todo o Estado.